

CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ATA 07

DATA: 11 de agosto de 2005

SÉRGIO AMARAL (Coordenador): Estão abertos os trabalhos. A primeira intervenção para as Comunicações é do Conselheiro Aquino. **CONSELHEIRO GILSON AQUINO (Região Glória):** Boa noite. Ontem foi tirada a nova coordenação do FROP/Glória, onde saiu a nossa companheira Heloísa, como primeira coordenadora, e o Felisberto, nosso conselheiro, como segundo coordenador. Gostaria de fazer um pedido ao governo sobre o material dos PIs atrasados, aquele material que os conselheiros antigos pegaram e nós não temos. Outra coisa é sobre os 30%. Se serão 30% do PI, porque o governo tem passado que é corte de 30% das secretarias do governo. Gostaria que o governo viesse aqui para esclarecer. É corte nas despesas do governo ou será tirado 30% do PI para as demandas atrasadas? Era isso. **CONSELHEIRO ERVINO PITCHIL (Região Noroeste):** Primeiro um pedido ao governo, porque isso já ocorreu em outros governos e está ocorrendo nesse também: a questão de visitantes de outros países, que chegam aqui ou vão para as ONGs, ou vão para os CARs somente, e nós os Conselheiros que fazemos o OP ficamos à margem. Até parece que têm medo de que vamos falar alguma coisa mal do governo. Quem está construindo esse processo é o OP, até mesmo porque muitas ONGs vieram depois do OP. Quero agradecer ao Cidade, que continue divulgando os boletins, colhendo dados pró e contra o governo também. **CONSELHEIRO PAULO LAFAIETE (SIMPA):** Tenho duas reclamações a fazer. Gostaria que a mesa ficasse sabendo que a SMED está fornecendo vales de maneira fora do prazo. Até agora os funcionários não receberam os vales-transporte. Segundo, e essa reclamação é mais grave, a comissão de políticas salariais apresenta proposta de reajuste para representantes de servidores, ou seja, o fórum de entidades. É preciso que o governo respeite o sindicato. Tem que haver essa definição. O prefeito esteve em reuniões sindicais, no Clube Farrapos, onde assegurou que faria um trabalho direto com as entidades sindicais, e está falhando exatamente com a entidade sindical do Município. Fica aqui o protesto. Obrigado. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática de Cultura):** Primeiro o meu boa noite a todos e a todas. Gostaria de comunicar a todos os conselheiros e conselheiras, principalmente da região Eixo Baltazar, uma iniciativa que tivemos através do nosso coletivo Samba Cidadão, juntamente com o gabinete do Ver. Comasseto, que é apresentar a emenda que constitui a universidade popular do carnaval, lá no Porto Seco, que visa a capacitar os profissionais desta área, e para a nossa felicidade a emenda foi aprovada ontem na Câmara, só que existe é claro uma resistência por parte do governo Municipal, e vou estar passando um abaixo-assinado de apoio. Outra questão é o relato de todos os conselheiros que hoje participaram no auditório da Caixa Econômica Federal de um seminário sobre metas para o milênio, o que foi muito interessante, as discussões foram bastante aprofundadas e estivemos lá prestigiando e participando e encontramos alguns conselheiros por lá. E também quero me referir às atas. Na reunião passada eu cobrei e quero que conste na íntegra como aconteceu o processo eleitoral. E a mesa prometeu que a ata estaria hoje aqui, e ela não está. Quero reforçar isso novamente, precisamos dessa ata, porque essa ata é histórica, foi a ata da eleição da nova

coordenação e precisamos dela completa. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** Nós cobramos essa questão na reunião da coordenação e o governo vai explicar depois.

CONSELHEIRO JOSÉ VENTURA (Temática de Educação, Esporte e Lazer): Boa noite. Segunda-feira tivemos reunião da Temática de Educação, Esporte e Lazer, e foi entregue o Plano Plurianual da SMED, não consta o EJA. Todas as comunidades demandaram habitação e a Restinga tirou primeiro lugar, e queremos as totalidades finais para a Restinga, e isso não consta aqui. Vamos ficar prejudicados na votação agora. E o Bonde da Cidadania foi excluído do programa da prefeitura, e 104 mil foram direcionados diretamente para a entidade Bem Me Quer, SASE Travessia. Isso quer dizer que ninguém foi consultado. Temos que ver isso também.

CONSELHEIRO ALGEU DE OLIVEIRA (Região Cruzeiro): Boa noite. Quero falar sobre a questão que o Hamilton falou. Acho que cada conselheiro quando for falar alguma coisa de uma região a qual não pertence tem que ter conhecimento da região, pelo menos. E lá tivemos as famílias da Mariano de Matos, que se mudaram para o Parque dos Maias, e as casas foram ocupadas por algumas pessoas do Parque dos Maias. Então, a Cruzeiro está pleiteando que seja feita a Avenida da Gastão Mazon, e ainda temos que remover mais 115 famílias que estão no leito viário. E não existe verba, local, nenhum indicativo que essas famílias possam sair. E isso ainda vai levar muito tempo para que seja feito. Inclusive terão de ser deslocadas famílias da Vila Maria. Então, quando algum conselheiro for falar alguma coisa de outra região tem que ter conhecimento daquela região, porque, senão, parece que o Conselheiro nada está fazendo por sua comunidade, e isso pega muito mal. Obrigado.

CONSELHEIRO PEDRO MARTINS (Região Noroeste): Boa noite aos companheiros da mesa, aos nossos companheiros Conselheiros e Conselheiras. Apenas para um esclarecimento: há mais ou menos um mês fiz uma observação quanto à situação da Praça da Feira Modelo, onde funciona a Feira Modelo no jardim São Pedro. Mas aquilo foi geral, e não foi diretamente ao DMLU. Hoje recebi um telefonema de pessoas preocupada que fosse uma crítica em relação a eles. Não é isso. Porque compete à SMIC, à SMOV, à SMAM, mas as providências estão sendo tomadas. Eles já iniciaram o trabalho e dou os meus parabéns a eles por esse retorno. Isso é muito bom, sinal que está funcionando. Segundo, estive na nossa região, ontem, o senhor Mauro Dalabarba e Jorge André Carrion, fazendo um esclarecimento muito bom quanto à LDO. A maioria do fórum ficou satisfeita com o esclarecimento, que foi muito bom, com exceção de uma pessoa bastante difícil, que às vezes não quer entender, mas no cômputo geral foi muito bom, parabéns e obrigado.

CONSELHEIRA DILECAT TODESCHINI (Região Norte): Boa noite. Amanhã, às dez horas, será entregue o Conjunto Habitacional Barcelona, lá na região Norte, um conjunto do PAR. Agora faço um pedido, para que se estabeleça começo dessas reuniões, que se delimite o horário das informações. Na semana passada ficamos uma hora e meia nas informações. Outra coisa, que os coordenadores expliquem para o pessoal o que é que significa uma Questão de Ordem, porque muitas vezes se utiliza a questão de ordem e se fica discursando. Outra coisa: cada conselheiro sabe que tem um limite para falar, então que obedeça à coordenação quando ela solicita que é para terminar.

SÉRGIO AMARAL (Coordenador): Quero informar para a Conselheira Dilecta que a Coordenação discutiu essas questões, e que vamos trazer antes de entrarmos na pauta de hoje algumas proposições. **CONSELHEIRO OMAR**

SIQUEIRA (Região Cruzeiro): Antes de tudo que informar à mesa e aos demais conselheiros que a bancada da Cruzeiro tem que se retirar mais cedo hoje, em virtude da realização de importante encontro que temos com a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança, lá na região. Quero destacar que esse informativo do Cidade está cooperando com a divulgação do Orçamento Participativo, de forma até muito interessante, mas solicito que o Cidade visse uma forma de conseguir o maior número possível de exemplares, a fim de que pudéssemos levar e distribuir nas nossas regiões. O Cidade nos ajuda a lembrar o nosso papel. Aqui diz que “o Orçamento Participativo é o órgão de participação direta da comunidade ...” assim por diante. É sempre bom alguém de fora estar nos lembrando. Quero dizer também que a nossa ata, embora sucinta, não deixa de perder a seriedade que toda ata deve ter. Ela só se torna um pouco reduzida quando dos oito Conselheiros eleitos para a coordenação diz aqui Chiquinho, depois de nomear todos os outros integrantes da coordenação. Ora, Chiquinho não é nome, é apelido. Sair num documento como esse Chiquinho não é bom, tem que colocar o nome da pessoa aqui, que no caso é João Alberto de Lima Souza, que é assim como os pais dele queriam que ele fosse conhecido quando colocaram esse nome, e não por Chiquinho.

CONSELHEIRO MÁRIO LEITE (Região Extremo-Sul): Também gostaria de fazer uma reclamação a respeito das atas. Já são oito meses de governo e esse problema já deveria estar resolvido, senão a gente não tem como se guiar depois para cobrar as coisas, por favor. Pedi na reunião anterior relatório para entregar aos novos conselheiros os Pls atrasados também. Vocês não vão deixar para entregar no dia da discussão, porque eles vão ficar perdidos sem saber o que discutir. A reclamação é a seguinte: o jornal Diário Gaúcho de hoje traz uma matéria de quase uma página reclamando da falta de médicos nos postos da região do Partenon, a respeito da falta de limpeza, e em consequência disso os postos estão fechados, cinco postos, e a população não pode ficar desassistida por causa disso. Nem sei se vocês do governo sabiam disso. Por favor, isso tem que ser verificado, porque aquela região é uma das maiores de Porto Alegre.

CONSELHEIRO JOSÉ BRIZOLA (Região Glória): Primeiro, queria parabenizar o Boletim Cidade. Como não temos ata esse é o único boletim que nos informa alguma coisa sobre esse COP. Quero aproveitar essa reunião para dizer que esse Conselho sempre foi um conselho onde aquilo que não conseguimos na região a gente traz aqui, e sempre tem um retorno. Espero que continue tendo retorno. Por exemplo, a questão do PPA, nós colocamos na semana passada, e ainda não veio o retorno. Porque esse é um comprometimento do governo Fogaça. Votaram ontem na Câmara mas ele não sancionou ainda. Então, pelo menos cumpra com aquilo que fala, porque senão cai em descrédito perante esse próprio orçamento. Outra coisa que coloquei na região há duas semanas, é a questão das obras de conservação permanente, e o governo ainda não trouxe resposta. Quero que o governo traga hoje ou na próxima reunião uma resposta sobre essa questão da conservação permanente. Porque foi feita na região coisa que não foi priorizada e as que foram priorizadas no ano passado não fizeram. Então, espero que seja mantida essa relação de respeito com os Conselheiros, para que também possamos manter uma relação no mínimo coerente com esse Conselho. Obrigado.

CONSELHEIRA MARIA DELOÍ (Região Nordeste): Boa noite. Mais uma vez venho agradecer ao governo, sei que é obrigação do governo, mas mais uma vez está fazendo o trabalho que vim aqui e

gritei, está saindo o asfalto lá, só falta terminar as calçadas, e o trequinho que sai da Wenceslau e encosta até a Antonio Severino. Foi acertado com o DEMHAB. Esse é um asfalto que veio de um dinheiro que já estava ali designado, então queremos que isso seja feito, vamos cumprir o que a região pediu, aí sim vou dizer que está tudo completo. Gostaria também que o Ricardo explicasse o que é que o PIM (Primeira Infância Melhor) tem a ver com a prefeitura. Não é do Governo do Estado? E por que tem uma verba no PPA que está destinada para o PIM? Era isso que gostaria de saber. **CONSELHEIRO EVARISTO MATOS (Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo):** Boa noite. Quero fazer uma pedido para o pessoal do governo, para que antes de mandar o projeto de lei sobre os shoppings para a Câmara de Vereadores nos apresentasse para nós, ou para a comissão dos cadastrados, ou para o nosso sindicato, ou para a nossa associação, porque todos os governos que entraram, desde a época do Dr. Collares, sempre discutimos as leis e os procedimentos. Participamos com o Dr. Collares três anos, com o PT dezesseis anos, então temos uma bagagem de experiência sobre camelôs, sobre a economia informal. Gostaríamos muito de participar junto com o governo. Sempre participamos com todos os governo, não somos filiados a partido nenhum, sempre demos a nossa colaboração, então gostaríamos de trabalhar com esse governo, se o governo abrir as portas para trabalharmos juntamente com ele. Mas gostaríamos sinceramente que o prefeito, antes de mandar o projeto de lei sobre o shopping para a Câmara que apresentasse para a nossa categoria, até para evitar outras coisas que podem ser evitadas quando se trabalha junto. Obrigado. **CONSELHEIRO CARLOS BOA NOVA (Temática de Circulação e Transporte):** Boa noite. O que é bom deve ser elogiado, e principalmente deve ser preservado e ampliado. Há algum tempo recebi um folheto da Prefeitura um folheto do programa Abrace Sua Rua, que achei extremamente importante no que se refere à intenção desse programa, ao seu conteúdo. Inclusive estou tentando programar uma visita desse programa no meu bairro, onde pertencço à associação. Só que não vi mais movimentação a esse respeito. Então, quero deixar para a coordenação desse COP e do governo, porque coisa boa deve ser preservada, ampliada, e não podemos deixar de dar continuidade a esse programa. Sou candidato a levar esse passeio ao meu bairro, Abrace Sua Rua. Isso é muito importante. Se coisas boas devem ser preservadas, ampliadas e divulgadas, o projeto MOVIMAM, ao qual já fiz referências aqui, continua fechado dentro de gabinetes. Estou tentando falar há vários dias com o gestor público que vai administrar esse e simplesmente o telefone não atende. Então, gostaria também de deixar à Coordenação do COP e do Governo, se esse programa é tão bom, e acho que é, só que não está sendo divulgado, então gostaríamos que ele viesse aqui para Porto Alegre e que fôssemos comunicados na Temática de Circulação, assim como o COP e demais regiões. Concluindo, dentro da minha entidade, no meu bairro, criamos, está na sua terceira edição, atingindo a maioria, o Boletim Informativo da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Botânico. Falo isso porque dentro desse boletim estamos tentando levar para a comunidade o que ocorre aqui dentro do Orçamento. Temos uma página onde procuramos levar todos os assuntos que se referem às políticas públicas para a nossa comunidade. Vou deixar uma cópia para o governo, uma cópia para a coordenação, e uma cópia para o pessoal do Cidade, que sempre nos traz as suas publicações. Obrigado. **CONSELHEIRA ADACLIDES LEITE (Região Restinga):**

Boa noite. Queria comunicar a vocês que a comunidade andou visitando a Câmara de Vereadores, solicitando ajuda para resolver a questão do transporte, já que algumas pessoas lá estão descontentes. O que aconteceu é que foram todos os Vereadores e Vereadoras convidadas a participar com a comunidade, a debater o assunto. No entanto só compareceram o Ver. Comassetto, o Ver. Raul Carrion e o Assessor do Nedel. Ninguém mais foi. E quando eles foram convidados, diga-se de passagem, pela comunidade, porque pessoas de todos os partidos foram à Câmara de Vereadores, e o que é que aconteceu? Eles disseram que iriam. Uma das coisas que foi dita lá, e isso é muito importante para todos nós, cidadãos, é que a comunidade queria ver se eles iriam, já que em época eleitoral eles vão, e queríamos ver se realmente eles iriam na hora em que o povo tem as suas necessidades. Então, compareceram apenas os Vereadores Comassetto, Carrion e o assessor do Ver. Nedel. Era isso. **CONSELHEIRA MARA VERLAINE (UAMPA):** Quero agradecer as pessoas que depositaram confiança em mim para a eleição da coordenação. Parabéns para a nova coordenação. E quero solicitar que a coordenação seja realmente comprometida com os conselheiros e conselheiras que depositaram essa confiança na eleição. Ouvir mais, estudar mais as propostas que vêm, e que são formadas dentro de paredes onde tem o subjetivo, a subjetividade das pessoas a gente não entende muito bem, principalmente nesse proposta de datas, de 23 e 25 para uma discussão do PPA, quando a gente sabia que isso já teria acontecido e já teria sido resolvido. Queremos depositar confiança nessa coordenação, até por que a plenária votou nas pessoas que estão aqui hoje representadas, e têm autonomia. Nós na plenária não temos tempo de discussão e de ouvir propostas. Portanto, isso é passado para a coordenação. *(Troca da fita).* **CONSELHEIRO SEM IDENTIFICAÇÃO:** ... gostaria de fazer um pedido à mesa, quanto a placas de sinalização na Av. Manuel Elias, exatamente no n.º 21.100. Temos a FAPA ali, uma faculdade grande, e temos também o colégio Ana Ires, onde as crianças passavam por dentro da faculdade mas agora a faculdade não deixa mais passar. Então, todas as crianças saem por um beco lateral, onde tem o estacionamento da faculdade, e está dificultando. Vocês sabem que na Manuel Elias o pessoal desce com o carro em velocidade. Então, gostaríamos de solicitar placas de avisos, de que existe escola, para reduzir a velocidade. Outra coisa é em relação às atas. Precisamos das atas porque temos de apresentar no FROP o que estamos cobrando aqui. Precisamos das atas. Obrigado. **CONSELHEIRO ROBERTO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Os quatro conselheiros da Temática de Educação, Esporte e Lazer ficaram preocupados porque realmente não encontraram o EJA na LDO. Solicito um pronunciamento do governo a respeito. Começa segunda-feira, na PUC, às 19 horas, um encontro de educadores sociais. Estão todos convidados. Outra coisa; terminou ontem a eleição dos COMUDES no Estado. A informação que se tem até agora é de que 40 a 50 mil pessoas votaram pela Internet. Somente em Porto Alegre fica em torno de 12 mil votos pela Internet. E nas urnas em torno de 45 mil pessoas devem votar em Porto Alegre, o que deve superar a previsão do governo do Estado, que calcula que em torno de 700 mil pessoas devam votar na consulta popular. Quanto ao problema de tempo, o respeito e diálogo são fundamentais. Em quase quatro anos de Orçamento Participativo queimei uma vez o meu tempo. Obrigado. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** O Governo tem a palavra para dar as respostas. **JUNINHO**

(Secretaria do COP): Em relação às duas comissões, a Tripartite III e Tripartite II: para aqueles que não sabem essas duas comissões são constituídas aqui no Conselho do Orçamento Participativo, junto com as secretarias afins, com a FASC, e os conselhos relacionados a essas áreas. A comissão Tripartite II, que verifica os convênios com as creches comunitárias, tem a participação também da Secretaria da Educação, o GPO, que inclusive compõe a outra comissão também, o Conselho Municipal de Educação e o CMDCA. A Comissão Tripartite II vai-se reunir amanhã às 16 horas na sala de reuniões da gerência do Orçamento Participativo, rua Uruguai 155, 9.º andar. Conforme combinamos até a escolha da próxima gestão, digamos assim, dessas comissões, continuam participam os que já estavam. Precisamos fechar esse relatório, porque os recursos para o PI-2005, tanto para os convênios com as creches comunitárias quanto para os SASEs, as entidades, já estão à disposição. Falta apenas a nossa parte aqui. A Tripartite III se reúne segunda-feira, às 13 horas, também na sala de reuniões da gerência do Orçamento Participativo. Todos os participantes serão contatados por telefone.

CONSELHEIRO OMAR SIQUEIRA (Região Cruzeiro): Solicito uma questão de ordem. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** O Conselheiro Omar está com a palavra para uma questão de ordem. **CONSELHEIRO OMAR SIQUEIRA:** Sugiro que toda vez que circule aqui nesse recinto abaixo-assinados que a mesa leia, para que fique integrando a ata, e todos saibam o que está ocorrendo. A mesa diz que além da lista de presenças haveria uma outra lista para ser assinada, e não disse a respeito do que é. Estou sentado para saber o que é, e essa dita lista foi apresentada para pessoas da minha frente, atrás de mim, à minha esquerda e à minha direita e para mim não, continuo sem saber. Para evitar esse tipo de situação é bom que seja dito antes do que se trata. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** A pedido do Juninho dei um informe e expliquei o que é, talvez não tenha ficado muito claro. O Governo está solicitando as informações dos conselheiros para incluir essas informações no caderno de investimentos, nas últimas páginas do Regimento Interno, como habitualmente faz. Só alertei que era uma segunda lista, não a de presenças para não pensarem que já teria sido assinada. Mas, tem que passar pelo Seu Omar. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática de Cultura):** Quero ser solidário com o seu Omar: na verdade eu informei que iria passar um abaixo-assinado de apoio à universidade popular do carnaval. Só que coloquei à disposição duas listagens, e alguém que é contrário surrupiou a outra lista e essa aqui os espaços já foram preenchidos. Por isso não chegou até o seu Omar. Mas, se o colega Conselheiro que pegou a outra lista devolver o Seu Omar poderá assiná-la. Alguém pegou a lista. **CONSELHEIRA ADACLIDES LEITE (Região Restinga):** Tenho uma pergunta sobre a Tripartite: dentro da Tripartite II e III algumas pessoas na realidade ou não são Conselheiras (os), ou então não estão vindo. Ou deixamos as pessoas fecharem o seu trabalho ou tratamos de votar hoje o nome de outras pessoas para essas comissões, porque não podemos deixar duas ou três pessoas decidindo por todo mundo, por favor. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** Ao que me consta esse assunto já passou por aqui e foi votado. **JÚLIO PUJOL (GPO):** Tenho alguns retornos para dar. Sobre a questão da EPTC, a respeito do lotação para a zona sul, estamos verificando isso com a EPTC e estamos aguardando o retorno. Sobre a questão do CROP, Humaitá-Ilhas, o Governo tomou conhecimento e quero dizer que existem algumas posições complicadas, também

em relação ao CAR/Ilhas, ao CROP, o governo está analisando a situação, levantando as informações, porque há informações desencontradas. Estamos cuidando disso. Sobre a questão dos postos de Saúde na Nordeste fizemos contato com o CAR, e colocaram que a situação lá não está tão complicada quanto pareceu aqui nesse Conselho. Houve um problema na proposta de mudança dos coordenadores de dois postos, a comunidade pediu que os coordenadores ficassem, houve uma mudança de posição do governo, em função da reivindicação da comunidade e no nosso entender a situação está razoavelmente normalizada. Não há problema grave de falta de atendimento ou de revolta da comunidade, isso não está acontecendo lá. Quero também colocar para o **Ervino** que levantou a questão de visitas de representantes de outros países, principalmente de universidades, que têm vindo para Porto Alegre, eu tenho cuidado um pouco disso na gerência do OP, e temos procurado o máximo possível aproximar os Conselheiros dessas pessoas, colocar em contato, quando possível temos trazido a esse conselho para observar as reuniões, ou para fazer entrevista com os Conselheiros. Inclusive pessoalmente a coordenação anterior, o próprio Ervino, o Jakubaszko, para darem uma palestra para visitantes do Paraguai, uma turma de estudantes. Em várias ocasiões temos procurado aproximar. Então, não é intenção do Governo separar os pesquisadores internacionais dos conselheiros. Pode ter havido algum caso isolado, mas a política é procurar aproximar. Casos pontuais podemos conversar a respeito, mas a política é de aproximação. Sobre a questão da Feira Modelo, o Seu **Pedro** falou, fizemos contatos com o DMLU, inclusive o Juninho teve contatos mais diretos lá e procurou cuidar disso. Quanto à questão das atas estamos com problema de verba para a liberação na Fazenda. A dívida com o pessoal das atas era de quase 30 mil reais. A Fazenda liberou uma parte disso, e são questões burocráticas, internas do governo, e a forma de pressão que os redatores das atas têm é não comparecendo. Mas continuamos trabalhando nisso, não tem interesse em para o serviço das atas. O Ricardo tem algumas informações também em relação ao PPA e LDO. **RICARDO ERIG (GPO)**: Dando continuidade acerca dos pedidos de esclarecimentos: vou começar esclarecendo ao Conselheiro **Aquino**. Primeiro, o governo quando assumiu tinha uma dívida de 200 milhões de curto prazo, e tomou algumas medidas para tentar sanar esse débito no caixa orçamentário. Em cima disso adotou um corte de 30% no custeio. Outra coisa que foi colocada pelo nosso Secretário de Programação Orçamentária João Portela, é que o conjunto das regiões e o conjunto das temáticas devem discutir qual a melhor forma de estarmos resgatando aquelas 500 e tantas obras que ficaram pendentes. E que as regiões propusessem qual a melhor sistemática. Vamos colocar 70% para o PI-2006 e deixar 30% dos recursos disponíveis para o resgate de obras que ficaram para trás? Essa é uma proposta que deve ser amadurecida. Votamos o calendário na reunião passada, vão ter bastante tempo para discutir com as regiões, para que a gente construa na matriz orçamentária e no plano de investimentos do próximo ano quais serão as prioridades das regiões para serem executadas em 2006. Dizer para o Conselheiro **Lafaiete** que o governo continua o diálogo com o conjunto de funcionários, representados por comissão, e agora não consigo dizer especificamente se o SIMPA está sentando nessa comissão, mas sei que existe um grupo de funcionários que vem debatendo com o Governo. Dizer para o Conselheiro **Dilmair** que é uma pena que acabou a listagem. Inclusive ontem estive o dia inteiro

na Câmara de Vereadores, participei do debate junto com o Ver. Comasseto, para que a gente mantivesse a emenda em defesa da universidade do carnaval, que com certeza tem o seu mérito. O governo assina essa lista, não tem nenhum problema. Dizer para o conselheiro **Ventura** que segunda-feira teve reunião da Temática de Educação, Esporte e Lazer, e vários conselheiros estiveram no Gabinete de Programação Orçamentária, inclusive a Conselheira Rose esteve lá, sobre a questão do EJA. Estava mostrando ao Conselheiro Jakubaszko que está aqui ao meu lado que existe uma ação proposta dentro do Plano Plurianual que diz “fortalecimento dos programas de alfabetização e ensino de jovens e adultos” que têm como meta ampliar para 2006 o atendimento para mais 4 mil pessoas, além das que vem sendo realizadas hoje, ampliar em 2007 o atendimento para mais 7 mil pessoas, em 2008 ampliar para mais 27 mil pessoas, e em 2009 mais 40 mil pessoas. São as metas que constam do Plano Plurianual, e inclusive já marcamos reunião para discutir essa questão mais a fundo amanhã, no GPO, às 14 horas, sexto andar, na Siqueira Campos 1300. O Conselheiro que quiser se fazer presente será bem recebido. O conselheiro **Ventura** se referiu também a respeito do Bônus da Cidadania. Era uma emenda proposta para a exclusão do parágrafo de uma certa entidade, emenda popular, que visava a excluir a ação Bônus da Cidadania do Plano Plurianual. Quero dizer que a Câmara de Vereadores votou essa emenda ontem, e que rejeitou a emenda. O conjunto de Vereadores rejeitou a emenda, e portanto o Bônus da Cidadania está mantido dentro do Plano Plurianual. Quero também dizer para o Conselheiro **Brisola**, e não lembro se estava na última reunião até o final, mas na última reunião deixei bem claro para os Conselheiros que estavam presentes, que o Governo discutiu dentro desse Conselho a questão do Plano Plurianual. Algumas questões aconteceram, lembro o caso da viagem para a Espanha de dois conselheiros, onde passamos uma reunião inteira discutindo essa questão, e acabamos não discutindo o PPA, mas lembrar que estivemos presentes em todas as regiões e temáticas que solicitaram a presença do governo nas suas regiões e temáticas, para debater o Plano Plurianual. Deixei claro também na terça-feira passada que o Governo acabou acatando todas as considerações plausíveis apresentadas pelas regiões e temáticas e enviou mensagem retificativa à Câmara de Vereadores. O PPA recebeu 315 emendas, 14 subemendas populares e de Vereadores de Porto Alegre. Ontem, a Câmara votou a proposta do Plurianual, o relatório da Vera. Maristela Meneghetti, sobre todas as emendas e subemendas. A proposta votada do Plano Plurianual diz especificamente o seguinte: o PPA pode ser alterado, tanto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é pauta desse Conselho pela sexta reunião consecutiva discutir, assim como também pela Lei de Orçamento anual. Ambas as leis podem alterar o Plurianual. O PPA é instrumento de planejamento a médio prazo, tem uma duração de quatro anos, e esse Executivo tem a clareza de que por se tratar de planejamento, que não é algo estático, é dinâmico, vamos ter de estar constantemente, pelo menos uma vez ao ano, aprimorando e adaptando cada vez mais o Plano Plurianual, até porque é compromisso desse governo estar atendendo dentro do seu Orçamento as demandas e prioridades estabelecidas pelo conjunto da sociedade, pelo conjunto do Orçamento Participativo. Quero dizer para o conselheiro **Evaristo** que particularmente não tenho conhecimento profundo a respeito do projeto do shopping popular, mas podemos averiguar e se esse projeto ainda não foi enviado à Câmara

com certeza poderá ser discutido nesse Conselho. Mais uma vez quero ressaltar a esse conselho que todas aquelas considerações que esse Conselho venha a fazer acerca do Plano Plurianual poderão ser feitas via LDO, e o prazo para discussão no conselho e o recebimento por parte do governo, para a LDO, termina na segunda-feira, dia 15, e depois ainda temos a lei de Orçamento anual para alguma modificação que se queira fazer. Além do que o **Júlio** já disse acerca dos postos de saúde, quero informar que esses postos de saúde nenhum deles é do Município, mas todos do Governo do Estado. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador)**: Antes da pauta da LDO temos uma proposição para se discutir a dinâmica das reuniões, regulamentar as intervenções e todo tipo de comportamento nosso. A partir desta votação vamos tentar fechar um padrão de dinâmica. Enquanto isso há quatro Conselheiros que solicitam ainda esclarecimentos. Temos o Boa Nova, o Ventura, o Brizola e o Lafaiete. Agora ainda levanta o braço a companheira Valdívia. Então, vamos ter de decidir se abrimos a palavra novamente para esses esclarecimentos, ou entramos numa pauta para regulamentar esse tipo de intervenção. (Pausa.) Então, vamos abrir para as questões de ordem? (Pausa.) Vamos usar o sistema que temos ainda para essas quatro intervenções? É isso? (Pausa.) O Boa Nova está com a palavra. **CONSELHEIRO CARLOS BOA NOVA (Temática de Circulação e Transporte)**: Havia pedido naquele momento um esclarecimento em função de uma fala. Devo considerar que o *esclarecimento* – sobre questão de ordem até já falamos sobre isso – tem que ser dado na hora, porque muitas vezes o assunto evolui e o esclarecimento até se perde depois. Não é o meu caso presente. Outra coisa, há que se lembrar que o senhor deu a palavra para um assunto paralelo para o Sr. Omar, para o Sr. Dilmair, e inclusive esclareceu a ambos, e depois decidiu colocar em votação os outros quatro que estão pedindo vez. Acho que essa atitude é injusta e desigual. Muito bem, agradecendo a vez quero perguntar ao Júlio, que se referia à questão das atas, e a questão dos nossos companheiros taquígrafos. Disse que estão devendo, que há uma dívida, e que é por isso que eles não estão vindo. Mas, ao que me consta tinha havido a aquisição de um equipamento. (*Troca de fita.*) Como é que ficou isso. Só queria esse esclarecimento. Cadê essa máquina, ou vão voltar os taquígrafos quando pagarem os 30 mil? Obrigado. **CONSELHEIRO JOSÉ VENTURA (Temática de Educação, Esporte e Lazer)**: O que a mesa, o governo está falando é que está incluído aqui no Porto da Inclusão, que é um programa do DEMHAB. Não é EJA, não é da SMED. Teria de estar incluído aqui, no 151 – “ampliação de atendimentos escolares”, da SMED. É MOVA, não é EJA. Por isso vamos ser prejudicados dessa forma. O pessoal tem que se antenar nisso. A gente quer as totalidades finais das escolas do EJA, de Ensino de Jovens e Adultos, para as regiões. Foi isso que a gente tirou em primeiro lugar. Não é MOVA. **CONSELHEIRO JOSÉ BRIZOLA (Região Glória)**: Tenho a impressão que éramos muito mimados na gestão anterior. Porque não houve essa ampla discussão, foi para a Câmara de roldão, e agora quase que engolimos um Orçamento engessado, porque não podemos mexer muito. Acho que temos que rever essas coisas, ou fazemos um Orçamento em que os Conselheiros discutam, ou vamos para casa, porque estaremos perdendo tempo. Porque o que começa mal termina mal. Se começamos assim, sem uma discussão mais ampla, lá no final vai faltar essa discussão, e vai prejudicar a LDO e as nossas demandas na comunidade. Era isso que queria dizer. **CONSELHEIRO PAULO LAFAIETE (SIMPA)**: A mesa deixou de

responder a dois pedidos meus, não se é falta de consideração ou se o assunto é muito melindroso. O primeiro pedido foi feito hoje; o outro foi na reunião passada. O de hoje é quanto a regularizar a distribuição de vales-transporte do pessoal que trabalha em escolas, e isso é grave. E a mesa deixou de me responder a isso. Não sou de me irritar, até nem estou irritado, mas quero que a mesa se conscientize dessas coisas. Estou aqui em defesa dos funcionários. Vou tratar bem a mesa, mas vou continuar na defesa dos funcionários. Outra coisa: pedi na reunião passada que se fizesse o conserto de uma placa de ônibus na São Manoel. Não veio a resposta também. Então não estou mais entendendo nada. **CONSELHEIRA VALDÍVIA**

LUCAS (Temática de Saúde e Assistência Social): Um esclarecimento para a mesa: a Saúde de Porto Alegre é muito fiscalizada. Se os postos são do Estado ou não a responsabilidade da fiscalização é do Município. Então, não basta dizer que os postos de Saúde são do Estado. Outra questão é a seguinte: saiu no Diário Oficial os locais onde é discutida a Saúde Pública. Aparecem o Conselho Municipal da Saúde, os Conselhos Distritais de Saúde, e não aparece o COP e nem a Temática de Saúde e Assistência Social, onde também se discute Saúde Pública.

CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática de Saúde)(Questão de Ordem): Vou fundamentar a minha questão de ordem: temos uma pauta que foi previamente discutida na reunião passada, e estamos aqui com blá, blá, blá e diz-que-me-disse, e não estamos entrando na pauta. Quero que a mesa encaminha para deliberar sobre a pauta de hoje, que é a LDO. Obrigado. **SÉRGIO AMARAL**

(Coordenador): A mesa consultou o plenário que concordou que se fizessem as questões de esclarecimentos. O Juninho está com a palavra para esclarecer.

JUNINHO (Secretaria do COP): Sobre a questão das atas. Já foi explicado aqui outras vezes que tínhamos um problema de contrato com a Empresa Digitaq, que faz aqui as anotações, as gravações e produz as atas. Já foi encaminhado o pagamento desses recursos atrasados para essa empresa, e é por isso que as atas não estavam sendo feitas, e está para ser pago, já está na Fazenda. Só que foi tanto tempo atrasado que as pessoas da Digitaq chegaram a vir aqui durante um ou dois dias. Só que elas somente vão continuar o trabalho quando receberem o dinheiro atrasado, que é desde a gestão anterior. Em relação ao programa, não é uma máquina, é um programa que é instalado na máquina, na verdade não funcionou bem, e é por isso que foi feita uma contratação emergencial, novamente da Digitaq, que vai proceder da mesma forma como vinha acontecendo, porque deu todos aqueles problemas que vocês conheceram e estamos acatando o que vocês deliberaram em relação aos erros que estavam acontecendo com aquele tipo de forma com que estavam acontecendo as atas, e voltamos para a forma anterior. Só que a empresa só voltará a fazer o trabalho aqui assim que tiverem os seus recursos, que estão atrasados, desde a gestão passada, na sua mão. **RICARDO**

ERIG (Gabinete de programação Orçamentária): Temos que afirmar mais uma vez no Conselho, até para consolidar as palavras do Conselheiro Dilmair, eu estava olhando para o relógio, são 20 horas, acho que é importante o debate de todos os assuntos, mas infelizmente acaba sobrando pouco tempo para a discussão da pauta do dia. Isso aconteceu na discussão do Plano Plurianual. Essa já é a sexta reunião que discutimos a LDO. São 20 horas, temos mais meia hora e poderemos acabar não conseguindo dar todas as respostas, esclarecendo algumas questões. Mas, as discussões que tivemos nesse Conselho, somadas às discussões nas temáticas e

regiões, geraram uma mensagem retificativa que o governo encaminhou para a Câmara de Vereadores sobre o Plano Plurianual, incorporando as demandas das regiões, incorporando as demandas das temáticas. Nunca, pelo menos na cidade de Porto Alegre, um Plano Plurianual apresentou os valores. É complicado dizer que a gente engessa o planejamento da prefeitura porque apresentamos os valores. Na realidade a gente descreve e está colocando a face à disposição para quem quiser bater, porque estamos aqui se comprometendo com o conjunto da cidade de Porto Alegre, estamos dizendo quais as ações que pretendemos realizar, com quais metas e com quais recursos. A Conselheira **Dilecta** ainda hoje pergunta se eu teria como arrumar um Plano Plurianual incorporado das emendas da Câmara de Vereadores. Estou-me comprometendo junto a esse Conselho encaminhar, tão logo a Câmara de Vereadores termine o seu trabalho, tão logo sancionado pelo prefeito Municipal, uma cópia a cada uma das regiões e temáticas, para que vocês segurem esse livro nas regiões e a partir do ano que vem ajudem o governo a acompanhar dentro da cidade de Porto Alegre se todas essas ações programadas para os próximos quatro anos realmente estão sendo realizadas. O intuito desse PPA não é ficar dentro das estantes ou de gavetas, guardado, mas sim para ficar aberto dentro do nosso FROP, do CAR, das Secretarias, da nossa casa, para que toda população tenha a certeza de que o governo está cumprindo com aquilo que planejou. **JÚLIO PUJOL (GPO):** Respondendo ao Sr. **Lafaiete:** realmente a placa de para de ônibus não foi reivindicada. Quanto à questão do vale-transporte nós não tínhamos essa informação aqui na mesa sobre vales atrasados. Vamos verificar e na próxima reunião vamos trazer a informação. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** Trouxemos uma proposição da Coordenação para discutirmos a dinâmica das reuniões, mas como são seis minutos para as vinte horas, e ainda temos a pauta da LDO, esse assunto talvez possa esperar. Sugiro a manifestação do plenário, se esse assunto de organização das falas, a questão do tempo, cedências, pode ser deixado para a próxima reunião. (Pausa.) Pode ser assim? Há concordância? (Pausa). Também tem outra questão: vieram aqui algumas anotações da coordenação, e tem um resumo dos assuntos discutidos na nossa reunião passada, de terça-feira. Tem aqui um número de 50 cópias para aqueles que quiserem tomar conhecimento. Há duas questões de ordem solicitadas, o Chiquinho solicita e o Ervino da mesma forma. Temos a pauta da LDO. Coloco para apreciação se vamos fazer mais questões de ordem ou vamos entrar na pauta? (Pausa.) Ervino. **CONSELHEIRO ERVINO PITCHIL (Região Noroeste):** É rápido; se vamos adiar essas questão de votação sobre como vamos encaminhar as nossas reuniões, todas as vezes vai acontecer o que está acontecendo agora, já são oito horas da noite. Estamos aqui há várias reuniões e parece que alguns aqui não querem votar a LDO. São oito horas da noite e na semana que vem vai continuar a mesma coisa. Não adianta reclamar da coordenação depois, porque nos reunimos, trazemos uma coisa para cá para ser deliberada, e ela fica sobre a mesa. Na semana que vem vai continuar a mesma coisa, e vocês reclamando. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** Então, a proposta do Ervino é que se coloque o assunto aqui sobre a dinâmica das nossas reuniões. Vou encaminhar para a plenária votar. Quem é favorável a discussão, nesses últimos trinta minutos, dessas questões relativas à dinâmica das reuniões, sem a discussão da LDO? (Pausa.) Há outra proposta. **CONSELHEIRO RONALDO ENDLER (Região Sul):** Proponho que sejam discutidas as deliberações feitas na

coordenação, porque são importantes para moralizar o que está acontecendo hoje aqui, e na próxima reunião que se discuta a LDO sem a parte das comunicações.

CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática de Cultura)(Questão de Ordem): Quero chamar a atenção: definimos na reunião passada que a pauta seria a LDO e vejo que a mesa conduziu de forma inadequada essa reunião, deixando ela se arrastar, e não vamos discutir a LDO, que estava programada. Gostaria de chamar a atenção, fundamentada no nosso regimento, e cumpríssemos a pauta de hoje, que foi votada e aprovada. Porque senão vou para casa ver novela. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** A mesa está tentando encaminhar a organização. Precisamos da colaboração dos conselheiros. O Conselheiro que acabou de falar já fez três questões de ordem. A coordenação foi eleita com o intuito de representar os conselheiros, e até inclusive ainda não tinha agradecido pelos votos, mas temos de ter a colaboração dos senhores e senhoras. A nossa proposta é votar a LDO ou continuar discutindo isso com que a própria coordenação se preocupou. A coordenação trabalhou para organizar o tempo das reuniões. **CONSELHEIRO EVERTON SENNA (Temática de organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Queria dizer para a coordenação que não me leve a mal mas estamos aqui para discutir LDO, e a coordenação simplesmente arrasta a reunião, ou seja, não querendo que nós, conselheiros, votemos a LDO. Só pode ser isso. Porque a coordenação não está conduzindo a reunião e não conseguimos entrar numa pauta objetiva do processo, que é LDO. Agora vamos discutir o que foi discutido pela coordenação? Vamos adiar novamente a discussão da LDO, sendo que o governo diz que o dia 15 é o prazo máximo!? Não tem mais tem hábil para nós votarmos a LDO. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Acho que devemos ter coerência no discurso e não jogar toda a culpa na mesa. Quando foram abertas as comunicações vinte Conselheiros se inscreveram e querem falar. Depois de o Governo dar as respostas mais meia dúzia se inscrevem e querem falar, depois mais meia dúzia pedem questões de ordem. Vamos culpar a mesa dos trabalhos por estar conduzindo mal? Todos querem falar e depois não querem que o tempo passe? O GPO está aqui desde as 18h30min. Aguardando. Na hora em que o conselho resolver discutir a LDO será discutida a LDO. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** Vamos entrar na pauta da LDO, e essa questão fica para a próxima reunião? Podemos encaminhar assim? Hoje é o último dia para a discussão da LDO. Vamos abrir as inscrições para a discussão da LDO. (Pausa.) O primeiro inscrito é o Altayr Barison, da Lomba do Pinheiro. (Pausa.) Existe uma questão a ser resolvida: os três conselheiros da Lomba do Pinheiro estão cedendo seu tempo a um delegado. Portanto, seria o tempo de quatro intervenções. Consultamos a plenária se concorda que o delegado faça uso da palavra. (Pausa.) Ele está dizendo que no tempo de uma intervenção ele consegue falar. Alguém contrário a que ele fale? (Pausa.) (Assentimento da plenária.) **CONSELHEIRO MÁRIO LEITE (Região Sul):** Pelo número de Conselheiros que estão inscritos, como o término da nossa reunião é às 20h30min. não vai dar tempo de todos falarem, fazer os questionamentos. Então, sugiro que após esse horário os que não conseguirem falar hoje fiquem automaticamente inscritos para a próxima reunião, na mesma ordem de inscrição. Essa é a minha questão de ordem. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** Acho que vai dar, Mário, porque saíram quatro que iriam falar. Diego. **DIEGO (Delegado da Região Lomba do Pinheiro):** Boa noite a todos e

obrigado por permitirem que os delegados também debatam a LDO. Sábado passado tivemos a presença do Prof. Mauro de La Barba apresentando um calhamaço desse projeto de lei que está sendo encaminhado à Câmara de Vereadores. O PPA é uma lei que tem justificativa na Constituição Nacional. Essa lei orienta a LDO e a LDO determina e descreve o que será feito na Lei Orçamentária Anual, a LOA. O que percebemos ao longo do estudo que fizemos, começando pelo capítulo I, onde se apresenta o Anexo 1, que vai da pág. 9 à pág. 20, e esse anexo quando apresenta o tema de metas, ações, está extremamente confuso, porque muitas vezes essa meta não fecha com o programa ou com a ação. Então, o que estou trazendo aqui foi aprovado no FROP, ontem à noite, da Lomba do Pinheiro. Primeiro item: “Não está discriminado o responsável pela ação, para ter uma clareza transparente e estar de acordo com o Plurianual, ou seja, é preciso clarear essas informações que recebem os Conselheiros e Delegados. Em muitos dos casos o produto e a meta não estão especificados com clareza, ou estão imprecisos. Na nossa região foi verificado que algumas ações foram excluídas em comparação com 2004, exemplo na pág. 8, Anexo 1, o tema da saúde: “Ampliação e/ou reforma de pronto atendimento.” Já identificamos a exclusão de uma área, no Anexo 1. No caso do OP a LDO tem que estabelecer diretrizes e metas que garantam a execução do Plano de Investimentos anteriores. Então, vamos olhar a pág. 20, na última linha, diz o seguinte: “Como meta a participação de 75 mil pessoas”. A Lomba do Pinheiro entende que o cumprimento dos planos de investimentos e serviços anteriores, e as prioridades votadas nas assembleias, devem ser a meta dentro dessa diretriz. No art. 6.º diz assim: “Parágrafo Único – A inclusão, alteração ou exclusão de ações poderá ocorrer por intermédio da LOA e de seus créditos adicionais.” Créditos adicionais significam suplementação. Nós, na Lomba, estamos propondo a supressão do Parágrafo Único do art. 6.º. Para concluir, art. 14: “Alterar no máximo para 10% do total das despesas autorizadas”. Propomos que a alteração seja no máximo, ou semelhante, aos anos anteriores. Em 2003, foi 4,2%, em 2004, 4,25% e em 2005 foi de 4%. “Do Projeto de Lei Orçamentária, no art. 14, constarão as seguintes autorizações: fazer operações de crédito – pág. 14, Item II – ainda que por antecipação da receita, oferecendo as garantias sociais. Isso, como significa a questão de recursos, tem que ter uma lei específica. Vamos deixar na mesa o que aprovamos na região enquanto FROP. Agradeço mais uma vez aos Conselheiros pela oportunidade de falar. **CONSELHEIRO CHIQUINHO (Região Centro):** Quero deixar registrado que hoje tivemos a visita da Luciana, do GPO, e fizemos uma belíssima discussão. O nosso delegado Felisberto fez o tema de casa e amanhã estaremos encaminhando as redações das nossas propostas da região, às 16 horas no GPO. São questões em relação as demandas que a nossa região priorizou, que é a escola de surdos, em Educação, a questão da Habitação, e os shoppings populares. E também queremos colocar a questão dos Pls anteriores. Foi decidido ontem na região, é oficial, que gostaríamos que fossem destinados 30% para os Pls anteriores e 70% para o próximo Pl. O “martelo foi batido” na região e já podemos trabalhar em cima desses números. A nossa região fez o tema de casa. Quero parabenizar a Luciana, que é uma técnica eficiente, nós compreendemos muitas coisas. Temos que ficar atentos ao Plano Anual, porque ali vamos poder mexer em tudo que aqui não conseguimos mexer. Teremos muito tempo para discutir no Plano Anual o que é que as regiões e a cidade quer. Outra questão que foi discutida foi em relação aos 16 locais da governança local. Para nós é um

orçamento participativo paralelo, até porque será instalada a governança local nas 16 regiões do Orçamento Participativo. A região acho que tem muito projeto e a grande questão é como é que se vai dar conta desses projetos, porque isso poder ser “um tiro no pé”. Para encerrar quero dizer que gostaríamos que o governo se ativesse à vontade da cidade, as demandas que foram definidas nas plenárias, nas rodadas do Orçamento Participativo. É isso que a cidade está pedindo para o governo fazer, e será isso que iremos cobrar daqui para a frente. Por enquanto era isso e obrigado. **CONSELHEIRO ADROALDO BARBOSA (Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo):** O Ricardo falou que usamos seis reuniões para discutir a LDO. Eu não gostaria que o dia de hoje fosse contado como uma reunião, porque não vai dar mais do que trinta minutos. As metas para 2006 na LDO – essa é uma sugestão – deveriam estar junto às metas do ano anterior para podermos comparar se está havendo um avanço de metas nesse governo ou não. Realmente não tenho como comparar, da maneira como veio. E se isso que está vindo aqui está somente considerando o PI para o período de 2006, ou se estão consideradas as obras atrasadas de PIs anteriores? Quero fazer apenas três colocações que achei interessantes. (*Troca de fita.*) Na pág. 12 diz o seguinte: “tratamento tributário, diferenciar para as regiões a serem desenvolvidas.” E diz lá: “Eventos para promover investimentos nas regiões a serem desenvolvidas - dois eventos”. Gostaríamos de saber que tipo de evento, em que região, o município está pretendendo desenvolver para que a gente tome conhecimento e ver se contempla toda cidade ou somente algumas regiões de preferência do Governo. Um terceiro ponto são os restaurantes populares, na pág. 16, e diz “restaurantes implantados – três.” Isso significa que já estão implantados ou existe a proposta de se implantar três novos restaurantes populares? E na pág. 56, onde fala “investimentos – 350 milhões,” quero saber se dá para detalhar isso, se o investimento é por secretarias, como funciona isso? Era isso e obrigado. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática da Cultura):** A princípio vejo que iniciamos a discussão da LDO com algumas dificuldades, primeiro que não temos aqui o conjunto de emendas populares e de parlamentares que foram feitas na Câmara. Isso já dificulta a nossa discussão. Então, solicito ao governo que possamos nos apropriar, nos apoderar desse conselho com as informações de acordo como foram aprovadas na Câmara. E quero concordar com o Ronaldo, porque viemos hoje para a pauta específica da LDO e até por diversas intervenções, algumas com bom sentido outras nem tanto, não conseguimos aprofundar essa discussão. E, particularmente, vim preparado para fazer essa discussão da LDO. Vim documentado, fizemos um estudo a relação a isso, e sinto-me prejudicado. Então, sugiro à coordenação e a esse plenário que pudessemos discutir em outra reunião. Por exemplo, no Anexo 1, art. 3.º, pág. 9, não temos discriminados os órgãos responsáveis pelas metas. Queremos saber quais são os órgãos responsáveis pelas metas, porque na verdade temos as metas mas não existe transparência nisso. Até porque todas as ações da LDO têm que estar em consonância com o PPA. E pelo desconhecimento do que foi aprovado na Câmara ontem - e algumas pessoas têm conhecimento disso, mas o conjunto desse Conselho não -, então o governo tem que municiar os conselheiros de informações, para fazer uma discussão qualificada. No art. 6.º Parágrafo Único, pág. 12 - e vejo que nem todos têm aqui a LDO para discutir, o que já dificulta -, pretende incluir, alterar ou excluir as ações da Lei Orçamentária Anual, a LOA-2006,

conforme foi aprovado no PPA, mas como é que vamos ter conhecimento disso se não sabemos o que foi aprovado na Câmara no PPA? Temos o primeiro PPA, mas ele passou por uma série de alterações na Câmara, então fica uma discussão vazia para nós aqui no COP. E quero cobrar do governo para que todos os conselheiros tenham todas as emendas que foram aprovadas lá, senão vamos fazer uma discussão vazia, insignificante, e queremos fazer uma discussão qualificada, em que a gente possa contribuir com o governo e possa também contribuir com a Cidade. Então, sugiro a supressão do Parágrafo Único do art. 6.º. No capítulo II, da “organização e estrutura da Lei Orçamentária Anual, no seu art. 14.” Concordo com o Delegado da Lomba, porque essas metas têm que acompanhar os PIs anteriores, porque senão estaremos assinando um cheque em branco para o governo, e acredito que isso o conjunto de Conselheiros que está aqui não quer fazer. No seu art. 16, pág. 4, em relação à inflação projetada, o Governo não especifica o índice oficial e nem o período em que ele vai aplicar esse índice, que ele aponta de 10%, e nós defendemos que esse índice se mantenha nos 5%. Só reforço o pedido ao Governo que para fazermos uma discussão qualificada temos de ter em mãos as emendas do PPA que foram aprovadas, porque assim diz a Lei, que a LDO tem de estar em consonância com o PPA. Obrigado. **CONSELHEIRO MÁRIO LEITE (Região Extremo-Sul):** Obviamente que não haverá tempo para discutirmos. Eu já dei uma estudada e acompanhei a votação na Câmara, mas não temos as emendas que os Parlamentares fizeram, então não temos conhecimento do que é que vamos discutir. Então, já sugeri aos companheiros do Cristal, do Partenon, já falei com o Ricardo, se existe a possibilidade de fazermos a discussão da LDO numa possível reunião extraordinária segunda-feira. Se a plenária aprovar não tem problema nenhum. Eu vim hoje para fazer a discussão, tenho doze itens anotados para fazer a discussão, que considero de suma importância. Esse é um encaminhamento. **SÉRGIO AMARAL (Coordenador):** Nelson. **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** Vou no mesmo caminho do Dilmair em relação ao art. 6.º, Parágrafo Único, e ao art. 14. A minha preocupação é com relação ao próprio PPA, porque vem descrita uma verba de 5 milhões e meio para a Governança Local Solidária, e 1 milhão e meio de reais para o Orçamento Participativo. Temos que fazer uma alteração nisso, porque é um absurdo de diferença de verba para o Orçamento Participativo e para a Governança Local Solidária. É um abismo a diferença. Como diz no PPA que uma parte dessa verba do PPA vai servir para capacitação, nada mais justo do que se remeter uma verba a mais também para capacitar os Conselheiros, já que muitos que estão chegando agora não têm o domínio real da matéria. Essa é a minha emenda e quero que se coloque na LDO um aumento de verba para o Orçamento Participativo, para a qualificação desse pessoal, colocar curso para o pessoal, para que não venham aqui ser enrolados como estão sendo enrolados aqui. Estão tentando colocar que foram pedidas muitas questões de ordem, e que por isso atrasou. Ao contrário, quando se pediu a prorrogação na Câmara, nas datas, não se conseguiu colocar em tempo hábil para discutirmos os projetos, tanto do PPA quanto da LDO. Então, não é por culpa dos Conselheiros, porque o pessoal está solicitando esclarecimentos. A culpa foi do governo que jogou assim, deliberadamente, sabendo, porque não queria que se discutisse isso. Fez essa caixa fechada, sem prazo, para estarmos agora discutindo o quê? Vamos modificar o que agora? São 5

milhões e pouco para 1 milhão e pouco para o Orçamento Participativo. Quero saber para onde vai o Orçamento Participativo com esse 1 milhão e pouco.

CONSELHEIRO SÉRGIO AMARAL (Região Cristal): Discutimos, ontem, na região, exaustivamente, não o suficiente, mas em termos de tempo “fomos até sair sangue” lá, e não conseguimos fechar, porque realmente é um calhamaço. A nossa região, então, a exemplo do que faz a região Centro, vamos entregar diretamente ao governo, porque realmente não temos muito tempo para discutir aqui no COP. Agora vamos discutir fazer uma reunião extraordinária. Da nossa região estaremos trazendo sobretudo as questões relacionadas ao programa Sócio Ambiental, o que nos preocupam sobremaneira. Em relação aos encaminhamentos. Não temos mais inscritos e há a disposição de alguns Conselheiros em discutirmos na terça-feira. O Ricardo Erig informa que terça-feira, dia 16, já expirou o prazo. Então, teria de ser dia 15, segunda-feira, se esse Conselho entender que essa reunião deva ser feita. Ricardo Erig vai dar algumas respostas.

RICARDO ERIG (Gabinete de Programação Orçamentária): Fico feliz com o encaminhamento da região Centro, que pela sistemática que adota consegue ser bastante propositiva. A região está de parabéns. E quero dizer que precisamos aperfeiçoar algumas coisas nesse Conselho. Por exemplo, eu defenderia que deveríamos montar um grupo de trabalho quando apresentarmos aqui a proposta do Orçamento Anual. Esse Conselho deve montar um grupo de trabalho específico, mesmo que constem todas as regiões e temáticas, para esmiuçar o máximo possível a proposta que vier do Governo, e o Conselho seja propositivo em cima das considerações, aprimorando ainda mais as propostas para a cidade de Porto Alegre. Todas aquelas regiões que solicitaram a nossa presença nós estivemos lá. Dizer que acolhemos na proposta do Plurianual todas as contribuições que as regiões deram, sempre que possível. Então, a queixa do Conselheiro Brizola, que falou que anteriormente que o PPA estava estático, que estava engessado, que não poderia se mexer mais, é justamente o que diz o parágrafo Único do art. 6.º, que é a possibilidade de o governo ter essa situação de estar melhorando a descrição das ações, melhorando os encaminhamentos dos seus programas, diz justamente isso. Então, pedir a supressão desse parágrafo seria bastante complicado. Também não é propósito da Lei de Diretrizes Orçamentárias estarmos apresentando aqui, e acho que não seria correto com todas as regiões da cidade, não seria correto com as Temáticas da Cidade qual é o percentual, qual é o valor que estaríamos utilizando para resgatar os PIs anteriores. Quem tem que decidir isso é esse Conselho, são as regiões e as temáticas. O Governo não quer impor nada disso para o conjunto do Orçamento Participativo. Já disse em outras oportunidades que o programa destinado ao Orçamento Participativo é destinado à manutenção do ciclo do Orçamento Participativo, única e exclusivamente. Isso é com referência ao que disse o Conselheiro **Nelson**, que uso esse microfone para dizer como é que o programa de Governança Solidária Local tem cinco vezes mais que o programa do OP. O que acontece é que um programa recebe ações de vários órgãos, várias secretarias, tudo que é referente aos programas informativos, campanhas de divulgação está dentro do programa de Governança Solidária Local, por isso esse programa tem os valores mais altos do que o programa de manutenção do ciclo do OP. Quero ainda dizer que as demandas do OP são apresentadas dentro do PPA. Talvez não se consiga enxergar da mesma maneira com que vocês historicamente enxergaram, mas todas as ações

estão contempladas dentro de todos os programas. Quando terminarmos de receber as análises técnicas de todas as regiões e temáticas, depois quando construirmos a matriz orçamentária, e fizermos a divisão dentre todas as propostas, no mês de setembro, a partir daí e no mês de outubro estaremos construindo a proposta da Lei de Orçamento Anual. O PPA é uma peça de planejamento para quatro anos do Executivo Municipal, e não é o livro de demandas e, portanto, não apresenta as demandas que são feitas pelo conjunto da cidade, que devem constar do Plano de Investimentos. Se quiserem fazer essa reunião amanhã, no sábado, domingo, segunda-feira, estamos à disposição. Vocês podem durante o fim de semana nos mandar fax, e-mail, se desejarem segunda-feira podem nos procurar no GPO para entregar as contribuições das regiões. Estamos à inteira disposição de todas as regiões da cidade.

CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática de Cultura): Serei breve: na segunda-feira diversas temáticas fazem as suas reuniões, o que pode dificultar. Proponho uma reunião extraordinária no sábado, às 14 horas.

CONSELHEIRO CHIQUINHO (Região Centro): A minha proposta é a seguinte: como a discussão deve vir das regiões proponho que se vote a parcialidade dessa proposta com o adendo de que até segunda-feira, às 18 horas, as regiões possam estar encaminhando propostas. Votaríamos hoje com esse adendo. Essa é a proposta.

CONSELHEIRO PEDRO MARTINS (Região Noroeste): Tenho uma proposta, sei que essa lei orçamentária é complexa, e que nós precisamos ainda de uma pouco mais de tempo para debater. Então, a proposta é que nesse final de semana se estude, se debata nas regiões e façamos a reunião na próxima segunda-feira, sem os informes. E que não haja reunião na terça-feira. Essa é a proposta que acho que contempla a todos. Obrigado.

RICARDO ERIG (GPO): Alguns Conselheiros me procuraram perguntando se não seria possível receber as propostas ainda na terça-feira pela manhã, tendo em vista que há uma série de temáticas e regiões que se reúnem na segunda-feira. Quero dizer que é um pouco complicado para nós do Gabinete de Programação Orçamentária, mas estamos sendo sensíveis e estaremos acolhendo as considerações de todas regiões e temáticas até terça-feira ao meio-dia. Esse é o prazo limite. Quanto ao questionamento do Conselheiro **Dilmair** quero dizer que o Poder Executivo não interfere no Poder Legislativo. As emendas foram populares, feitas por Vereadores e se nós do governo não tivéssemos ido à Câmara de Vereadores não teríamos tido acesso às emendas. O relatório está disponível na Internet. Saí da Câmara de Vereadores ontem às 19 horas, e a votação se estendeu noite adentro. Mas a Câmara está disponível e assim que tivermos poderemos passar para vocês as emendas.

CONSELHEIRO ROBERTO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer): São muitas as propostas, mas quero dizer que segunda-feira é dia de reunião de temáticas. Se as temáticas concordarem em fazer as suas reuniões na terça-feira, e o COP antecipar a sua reunião para segunda-feira, essa é a única maneira. O governo se prontificaria a fazer as ligações necessárias, os Conselheiros ajudariam a divulgar essas datas. É uma alternativa. Faríamos uma reunião extraordinária do COP na segunda-feira, e as temáticas passariam para terça-feira. É razoável essa proposta. Obrigado.

SÉRGIO AMARAL (Coordenador): Temos a proposta do Pedro Martins, de fazermos a reunião na segunda-feira; o Jakubaszko adenda para que as reuniões das temáticas sejam transferidas para terça-feira; e temos ainda a proposta do Chiquinho, de votarmos

hoje, deixando a possibilidade de se apresentar ainda na segunda-feira; e a proposta do Dilmair, de uma reunião no sábado às 14 horas. Está em votação a proposta (1) de se fazer uma reunião extraordinária na segunda-feira. Os que forem favoráveis levantem o braço. (Pausa.) Em votação a proposta (2) para que se vote hoje e entregar as propostas até terça-feira ao meio-dia. (Pausa.) Em votação a proposta (3) para que seja feita uma reunião extraordinária no sábado às 14 horas. (Pausa). Está **APROVADA** a proposta número um (1). Então, faremos uma reunião extraordinária na próxima segunda-feira, às 18h30min. Estão encerrados os trabalhos.